

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone : 517 700

Fax : 517844

CONSELHO EXECUTIVO
Segunda Sessão Ordinária
4 - 8 de Julho de 2003
Maputo, Moçambique

EX/CL/42(III)

RELATÓRIO DO COMISSÁRIO INTERINO SOBRE AS
SITUAÇÕES DE CONFLITO EM ÁFRICA

- A. Comores**
- B. Somália**
- C. Sudão**
- D. Sudão-Eritreia**
- E. Processo de Paz entre a Etiópia e a Eritreia**
- F. Burundi**
- G. República Democrática do Congo**
- H. Angola**
- I. República Centro-Africana**
- J. Côte d'Ivoire**
- K. Libéria**

RELATÓRIO DO COMISSÁRIO INTERINO SOBRE AS
SITUAÇÕES DE CONFLITO EM ÁFRICA

O presente relatório apresenta as diferentes situações de conflito em África desde a última Sessão do Conselho Executivo realizado em N'Djamena, no passado mês de Março. De forma mais específica, apresenta os desenvolvimentos que tiveram lugar nas Comores, na Somália, no Sudão, as relações entre a Eritreia e o Sudão, no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, o acontecimento no Burundi, República Democrática do Congo, Angola, República Centro-Africana, Côte d'Ivoire e Libéria. O relatório apresenta igualmente os esforços envidados pela União Africana no sentido de contribuir para a busca de soluções pacíficas e negociadas para estas diferentes situações.

A. COMORES

1. Durante a sua Sessão de N'Djamena, em Março de 2003, informei o Conselho Executivo das dificuldades encontradas na implementação do Acordo-Quadro de Fombani, devido a um conflito de competências entre a União e as Ilhas Autónomas relativo à segurança interna, à recolha e à repartição das receitas aduaneiras, bem como sobre a adopção de um Orçamento para o Ano 2003. Informei igualmente o Conselho acerca das recomendações da Sessão Ministerial dos países da região e da Troika sobre as Comores, realizada em Moroni, a 28 e 29 de Janeiro de 2003. sublinhou particularmente a necessidade de criar as condições necessárias à conclusão do processo eleitoral e à criação das instituições do Novo Conjunto Comoriano.

2. O período que seguiu à Sessão do Conselho Executivo foi marcado por uma série de iniciativas, visando ultrapassar as dificuldades que atravessa o processo de reconciliação. No mês de Março de 2003, o Embaixador de França nas Comores, apoiado pela Organização Internacional da Francofonia (OIF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, empreendeu uma acção visando o desbloqueamento da situação. Neste quadro, um documento integrando quatro pontos essenciais a saber o orçamento, a partilha das competências constitucional e as modalidades do prosseguimento do processo eleitoral, foi submetido às partes interessadas. Todavia, as propostas apresentadas neste termos, foram rejeitadas pelo Presidente da Ilha Autónoma de Ngazidja (Grande Comore), o Sr. Abdou Soulé El Bak, invocando, entre outras razões para justificar a as decisão, a falta de um mecanismo de cobrança de receitas, a necessidade de reunir certas condições antes da realização das eleições legislativas (como a recuperação pela Ilha, das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei fundamental da Grande Comore e o envio prévio de observadores militares estrangeiros que desempenharão o papel de forças de segurança durante todo o processo eleitoral, etc).

3. Enquanto decorriam estas conversações, o arquipélago vivia num ambiente de grande tensão causada por uma série de greves dos professores dos estabelecimentos de ensino secundário e primário, que reclamavam a revisão da tabela classificava e o pagamento dos salários atrasados e as manifestações dos alunos do ensino secundário a 24 e 25 de Março de 2003. Violentos confrontos opuseram estes últimos às forças da ordem, resultando em vários feridos tanto do lado dos alunos como das forças da ordem.

4. Durante o mesmo mês, um conflito de competências opôs a União à Ilha de Ngazidja no que diz respeito à cobrança das licenças comerciais e impostos, cada parte convidando os contribuintes a pagarem os alvarás e impostos, nos seus serviços. Os operadores económicos recusam-se, a executar esta obrigação e cessaram o trabalho a 8 de Abril de 2003, paralisando completamente a Ilha de Ngazidja. Registaram-se outras manifestações de movimentos de mulheres e de partidos políticos da oposição em Março, em Moroni, para protestar contra a detenção e a prisão de M. Cheik Ali Bacar Cassim, Ministro do Interior do Governo da Ilha de Ngazidja, acusado de tentativa de desestabilização do governo. Ele foi libertado a 30 de Maio de 2003.

5. A 24 de Março de 2003, o Presidente da União das Comores, Azali Assoumani, endereçou-me uma carta, relacionada com o bloqueio do processo de implementação do Acordo-Quadro de Fomboni. Nesta carta, o Presidente Azali escreveu que “a vontade neo-separatista dos executivos da Grande Comore e de Anjouan, que se exprime pela recusa na colaboração legal de organização das eleições legislativas e na nomeação dos membros do Tribunal Constitucional, impede a conclusão da criação das instituições”. Afirmando que o bloqueio é um perigo real, o Presidente Azali sublinha que “teria bastado que as eleições das diferentes Assembleias das Ilhas e da União (tivessem tido lugar para pôr termo a uma crise voluntariamente criada e mantida, em detrimento do direito, do bom senso, do respeito pelo sacrifício dos comorianos e dos esforços da comunidade internacional”. Em conclusão, o Presidente Azali apelou à União Africana para ajudar a ultrapassar as dificuldades actuais, sublinhando que a organização continental “não pode deixar que uma acção sistemática, irreflectida e imprudente destrua o fruto de tantos esforços e perseverança”.

6. Em resposta, através de uma carta datada de 4 de Abril de 2003, reiterei que a UA continuava seriamente preocupada com o impasse actual da implementação do Acordo-Quadro de Fomboni e do consenso dito de Paris, definido por ocasião da reunião realizada na capital francesa em Novembro de 2002. sublinhei que a UA continuará a fazer os possíveis para facilitar a conclusão do processo de reconciliação. Neste sentido, informei o Presidente Azali da minha intenção de iniciar consultas com a África do Sul, na sua dupla qualidade de país coordenador dos esforços regionais sobre as Comores e como país que assegura a presidência da UA, a fim de examinar a forma de ultrapassar a crise e enviar para o arquipélago o meu Enviado Especial para as Comores, o Ministro Francisco Madeira.

7. O Sr. Madeira esteve no arquipélago de 21 a 26 de Abril de 2003. Durante a sua estadia, ele reuniu-se com o Presidente Azali Assoumani, os Chefes dos Executivos das Ilhas Autónomas, bem como com as outras partes comorianas. Esta visita permitiu ao meu Enviado Especial proceder a uma avaliação exaustiva da situação e analisou com os seus interlocutores as melhores vias para ultrapassar o actual impasse e concluir o processo de reconciliação. Ficou previsto que o meu Enviado Especial deveria regressar ao arquipélago durante o mês de Maio. Mas esta nova missão teve que ser adiada devido a problemas de agenda.

8. Enquadrado nos esforços visando ultrapassar a crise, a Sr^a C. Dlamini Zuma, Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, enviou um emissário às Comores de 17 a 24 d Maio de 2003. Por esta ocasião, o emissário sul-africano entregou mensagens aos Chefes dos Executivos das Ilhas Autónomas de Anjouan, Mohei e Grande Comore, convidando-os à ir à África do Sul para uma troca de pontos de vista sobre a situação actual. A visita, que deve igualmente permite-lhes familiarizarem-se com o funcionamento das instituições sul-africanas, estava prevista para 9 a 13 de Junho de 2003.

9. Entretanto e por iniciativa da OIF, a Comissão Técnica da União das Comores responsável pela elaboração dos Anteprojectos de Lei, reuniu-se em Paris, de 21 a 23 de Maio de 2003. Esta reunião, que reuniu representantes da União e das Ilhas autónomas, examinou a questão da partilha das competências em particular os pontos relativos às alfândegas e ao orçamento, às forças de segurança interna, bem como à justiça e ao Tribunal Constitucional.

10. A reunião foi na sequência da missão efectuada por uma delegação da Francofonia às Comores, no fim do mês de Março de 2003, a fim de entrar em contacto com todas as partes, para, de um lado, confirmar-lhes o princípio de um compromisso sobre o estabelecimento de um acordo político, antes da organização de eleições legislativas num ambiente calmo, e, por outro, preparar os termos deste acordo, com base num consenso sobre as questões cruciais de partilha de competências entre a União e as Ilhas autónomas. Na altura devida, o Secretário Geral da OIF, Sr. Abdou Diouf, escreveu-me informando-me dos resultados desta missão e das perspectivas do seu acompanhamento, incluindo a reunião realizada em Paris, no fim do mês de Maio.

11. Cerca de dois anos e meio depois da sua assinatura, a implementação do Acordo-Quadro de Fomboni, enfrenta sérias dificuldades. A falta de um consenso acerca da questão relativa à partilha de competências e a conclusão do processo de reconciliação, caso esta se prolonge, corre o risco de anular os progressos registados nestes últimos anos, graças aos esforços conjugados das partes comorianas e da comunidade internacional. Desejaria apelar solenemente às partes comorianas para que demonstrem compreensão, a fim de concluírem o processo de reconciliação e permitir ao arquipélago sair definitivamente do ciclo de instabilidade e da crise que marcou a fase essencial da sua evolução, desde o seu acesso à independência em 1975.

B. SOMÁLIA

12. Desde a última Sessão do Conselho Executivo , realizada em Março de 2003, em N'Djamena, Chade, continuei a seguir de perto a dinâmica revelada pelo processo de paz somali conduzida pela IGAD em Mbagathi, Quênia, e fiscalizar o desenvolvimento no terreno na Somália. O meu Enviado Especial, Embaixador M. A. Foum, continuou a seguir as conclusões da Conferência de Reconciliação Nacional da Somália durante o período em revista. Por outro lado, mantive contactos com o Embaixador Bethuel Kiplagat, Enviado Especial do Quênia e Presidente da Conferência.

13. Embora o processo de paz tenha enfrentado constrangimentos provocados pelas divergências de opiniões entre as partes somalis e no seio da própria Comissão Técnica da IGAD, pela falta de fundos e recrudesimento de hostilidades em Mogadiscio e na parte sul da Somália, apraz-me informar que foram registados progressos significativos na prossecução do objectivo de restaurar a normalidade e a paz durável na Somália, através de uma decisão política global entre as partes somalis. Não menos importante, essa decisão devia também prever um programa de DDR e reconstrução pós-conflito no país.

14. A 18 de Março de 003, após o recrudesimento de vários focos de hostilidade na Somália, fiz uma declaração condenando o recomeço dos combates no país e os seus autores. A esta declaração seguiu-se outra que fiz em Janeiro de 2003, no mesmo sentido.

15. Na mesma altura, recebi uma carta do Embaixador Kiplagat solicitando à UA que considerasse a hipótese de afectar um mecanismo de apoio à implementação da cessação das hostilidades na Somália, no quadro da Declaração de Eldoret de 27 de Outubro de 2002. subsequentemente, no início de Abril de 2003, o Embaixador Kiplagat enviou o General J. A. Musomba, coordenador das actividades/funções do Comité de Fiscalização da Cessação das Hostilidades, a Adis Abeba para discutir o referido pedido com a Comissão.

16. De 23 a 26 de Abril, enviei uma delegação a Nairobi para, juntamente com o meu Enviado Especial, discutirem uma proposta conjunta IGAD-UA no sentido de se enviar uma missão da informação à Somália encarregada de fazer uma avaliação da situação política, militar, social e humanitária no terreno destinada a preconizar as medidas a serem tomadas na fase pós Mbagathi do processo de paz somali. A 9 de Maio de 2003, enviei outra delegação a Mbagathi para finalizar os planos, juntamente com o Comité de Fiscalização da Cessação das Hostilidades (criado pela Comissão Técnica) em conformidade com a Declaração de Eldoret. A 22 de Maio, a missão de informação seguiu para a Somália. A data da finalização deste relatório, a missão prosseguia consultas com as partes somalis envolvidas no conflito. A este respeito, gostaria de louvar os esforços despendidos pelo Comité Técnico e a IGAD por terem concedido o financiamento necessário à operação.

17. Tenho o prazer de informar que os seus Comités de Reconciliação criados em 29 de Novembro de 2002, depois em Eldoret, para deliberar sobre vários aspectos do programa de transição, trabalharam afincadamente até fins de Março de 2003, quando apresentaram os seus relatórios ao Presidente da Conferência. Subsequentemente, o Comité Técnico criou um Comité de Harmonização, formado por peritos somalis, para harmonizar os relatórios para apresentação e deliberação da Sessão Plenária da Fase II. Assim, a 6 de Maio de 2003, o Comité apresentou o relatório unificado ao Embaixador Kiplagat. Tendo em conta esta evolução, a Comissão Técnica convidou o Ministro Queniano dos Negócios Estrangeiros e Presidente do Comité da IGAD dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados da Linha da Frente, Sr. Stephen Kabonzo Musyoka, para ir a Mbagathi receber o relatório uniformizado e proceder à abertura da Plenária da Fase II. Nesta ocasião, fiz-me representar pelo meu Enviado Especial. À data da finalização deste relatório, a Plenária concluiu as suas deliberações sobre quatro relatórios, dos seis apresentados. Prevê-se que as deliberações sobre os últimos dois relatórios (resolução de conflitos e reconciliação, federalismo e Carta provisória) estejam concluídas na primeira semana de Junho.

18. Entretanto, um grupo formado por quatro facções emitiu uma declaração no fim de Março de 2003, anunciando a sua retirada da Conferência e a intenção de lançar uma iniciativa paralela em Mogadíscio. Reagindo, os líderes somalis em Mbagathi emitiram uma declaração denunciando a acção empreendida em Mogadíscio e reafirmando a sua confiança e empenhamento no processo de Mbagathi em curso.

19. A 19 de Maio de 2003, o meu Enviado Especial encontrou-se, em Nairobi, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do GNT Sr. Yusuf H. Ibrahim, a convite deste. As duas partes discutiram precisamente a mesma questão, bem como a missão de informação, o DDR, a formação de um governo e a reconstrução pós-conflito. O Ministro dos Negócios Estrangeiros declarou que “nunca houve qualquer iniciativa, como os meios de comunicação social pretenderam dar a entender, envolvendo o GNT no início de um processo de paz paralelo e rival em Mogadíscio; que o GNT estava na origem da iniciativa queniana de convocar e organizar a conferência de reconciliação em curso e, para isso, tinha constituído uma delegação particularmente grande. Contudo, se o processo em curso falhasse, só então, o GNT entraria em contacto com as outras partes somalis para traçar uma alternativa visando pôr termo à crise na Somália”.

20. No princípio de Abril de 2003, tendo em conta que a Conferência continuava a funcionar com um orçamento austero, especialmente desde Janeiro de 2003, e no quadro dos esforços alargados para apoiar o processo de paz, autorizei uma contribuição da UA no valor de 50.000 \$EU destinada à Conferência de Reconciliação Nacional da Somália. Gostaria de aproveitar a oportunidade para lançar um apelo aos Estados Membros, que puderem, para apoiarem financeiramente, a fim de que a Conferência possa funcionar.

21. Desde a Sessão de N'Djamena, continuei a acompanhar os desenvolvimentos na auto-proclamada República da Somalilândia. A este respeito, gostaria de informar que as eleições presidenciais nesta parte da Somália, foram realizadas a 14 de Abril de 2003, após as eleições locais de Dezembro de 2002. A 19 Abril, a Comissão Eleitoral da Somalilândia declarou o Prsidente Kahim vencedor das eleições, com 42,08% dos votos.

22. O período em revista foi igualmente marcado por esforços renovados visando garantir a efectiva implementação da Resolução 733 de 23 de Janeiro de 1992, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, impondo um embargo de armas à Somália. A 25 de Março de 2003, o Presidente da Comissão do Conselho de Segurança criada em conformidade com a Resolução 751 (1992) relativa à Somália, enviou ao Conselho de Segurança o relatório do Painel de peritos mandatado para recolher informações independentes sobre violações ao embargo de armas imposto à Somália e apresentar recomendações sobre medidas práticas possíveis com vista à sua implementação.

23. O Painel foi nomeado pelo Secretário-Geral das NU, a 4 de Setembro de 2002, em conformidade com a Resolução 1425 de 22 de Julho de 2002, para um período de seis meses. No seu relatório, o Painel concluiu que, "... só acções concertadas e globais por parte do Conselho de Segurança abrirão o caminho ao respeito escrupuloso do embargo de armas". Acrescentou que um efectivo embargo de armas deve, entre outros aspectos, incluir "um esforço por parte dos somalis para ajudar a identificar e a travar os que violam o embargo; esforços sustentáveis e suplementares das organizações regionais e internacionais para apoiarem os Estados da Linha da Frente na implementação do embargo de armas, e reforço dos instrumentos de investigação e fiscalização de postos à disposição do Comité de Sanções".

24. A 5 de Maio de 2003, o Presidente do Comité do Conselho de Segurança, criado em conformidade com a Resolução 751 (1992) enviou-me uma carta na qual chamava a minha atenção para a recomendação que figura no Relatório de Peritos, convidando, entre outros, a União Africana a apoiar activamente os Estados da Linha da Frente (Djibouti, Eritreia, Etiópia e Quênia), integrando na sua legislação nacional, directivas e regulamentos administrativos necessários ao cumprimento de todas as obrigações impostas pelos tratados decorrentes do embargo. O Painel é de opinião de que se deve apoiar igualmente as áreas da aplicação do embargo, participação atempada de informações relativas às violações do embargo, respostas aos pedidos de investigação. À data da finalização deste relatório, a Comissão estava a considerar a melhor forma de fazer avançar a recomendação, incluindo a capacidade da UA para levar a cabo as actividades em que está envolvida.

25. Subsequentemente, a 16 de Maio de 2003, o Secretário Executivo da Missão Permanente da UA junto das Nações Unidas teve uma reunião com o Painel de Peritos cujo mandato foi alargado através da Resolução 1474 de 8 de Abril de 2003 do Conselho de Segurança da ONU. Nessa ocasião, o Painel solicitou a opinião da UA sobre “ a possibilidade de estabelecer um mecanismo de fiscalização para implementação do embargo de armas com os parceiros dentro e fora da Somália, em estreita cooperação com organizações regionais e internacionais, incluindo a União Africana”.

26. Finalmente, desejo louvar os esforços do Quênia e dos outros Estados da Linha da Frente, bem como os parceiros internacionais que fizeram com que o processo de paz somali alcançasse os resultados positivos atrás referidos. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para exortar os Estados da Linha da Frente a demonstrarem maior coesão e a não pouparem esforços visando pôr termo rapidamente ao sofrimento do povo somali e à instabilidade na Somália. Lanço, igualmente, um veemente apelo às partes somalis, que têm a responsabilidade fundamental de restaurar a paz e a segurança no seu país, a não desperdiçarem a verdadeira oportunidade oferecida pela Conferência de Reconciliação em curso. Louvo igualmente os esforços permanentes desenvolvidos pelas agências das NU e ONGs para aliviar o sofrimento das populações da Somália. Por seu lado, a UA, que nos últimos meses, intensificou o seu envolvimento no processo de paz na Somália, continuará a fazer os possíveis para garantir que os actuais esforços possam dar os resultados esperados.

C. SUDÃO

27. Durante a sua Segunda Sessão Ordinária realizada em N'Djamena, informei o Conselho Executivo da evolução do processo de paz no Sudão. Em particular, evoquei a assinatura, em Julho de 2002, do Protocolo de Machakos e das subsequentes negociações entre o Governo do Sudão e o SPLM/A, incluindo a segunda ronda das conversações de Machakos que culminaram com a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre a cessação das hostilidades. Informei igualmente o Conselho da contribuição da UA ao processo de negociações através das

actividades do meu Enviado Especial, Embaixador Baba Gana Kingibe, que manteve estreitos contactos tanto com as partes como também com os mediadores.

28. Desde a Sessão de N'Djamena, prosseguiram esforços com vista a alcançar uma paz global para o Sudão. Como afirmei no meu Relatório ao Conselho, em Março, uma das questões mais difíceis das negociações refere-se à situação das três áreas em conflito, nomeadamente Abeyi, Sul do Nilo Azul e Montes Núbia. O Governo do Sudão opôs-se à discussão destas áreas no quadro da IGAD, salientando que o mandato do órgão regional é limitado à mediação da questão da parte Sul do Sudão tal como definida na altura da independência em 1956. O SPLM/A manteve uma opinião contrária, insistindo que essas áreas deveriam ser tratadas no quadro da IGAD. Os mediadores assumiram um compromisso, nomeadamente de que as três áreas em conflito deveriam ser discutidas separadamente sob a égide do Quénia e não da IGAD. Foi nesta base que se fixou, o período de 15 de Janeiro a 5 de Fevereiro para negociações. Finalmente, as conversações não se realizaram e foram substituídas por um simpósio de três dias, em Nairobi.

29. Foi neste contexto que, de 4 a 19 de Março de 2003, em Karen, Quénia, se realizaram conversações de fundo sobre as três áreas em conflito. O objectivo era analisar as causas reais da guerra, bem como questões, injustiças e preocupações relacionadas com o conflito e finalmente delinear soluções possíveis. Antes do reinício das negociações, ambas as partes aceitaram as modalidades e abordagem para as conversações, em particular a formação de três comités para discutir simultaneamente as questões relativas a Abeyi, Sul do Nilo Azul e Montes Núbia. Reuniões informais sobre essas áreas foram realizadas em Nairobi, de 23 a 26 de Maio de 2003.

30. A 15 de Maio de 2003, as Partes prorrogaram o Memorando de Entendimento sobre a Cessação das Hostilidades por mais um período de três meses em vigor até 30 de Junho de 2003. As Partes igualmente assinaram uma prorrogação de Acordo para proteger os civis não-combatentes e as infra-estruturas civis contra ataques militares até 31 de Março de 2004. estou encorajado por estas medidas pois irão, sem dúvida, contribuir para a criação de condições propícias às negociações e reduzir o imenso sofrimento infligido à população civil durante o conflito.

31. Gostaria igualmente de informar o Conselho que, por iniciativa do Presidente Mwai Kibaki do Quênia, o Presidente Omar Hassan Ahmed El Bashir e o Dr. John Garang, Presidente do SPLM/A, encontraram-se em Nairobi, a 2 de Abril de 2003. Nessa ocasião, o Presidente El Bashir e o Dr. Garang reiteraram a sua confiança nos mediadores e acordaram na necessidade de manter a dinâmica conducente a uma paz global. Reafirmaram a sua determinação em honrar os acordos alcançados entre as partes e facilitar a distribuição, sem restrições, de assistência humanitária às áreas afectadas no Sudão. Discutiram formas possíveis de reforçar as medidas de monitorização e verificação da cessação de hostilidades. Chegaram a acordo igualmente quanto à necessidade de abrir canais de comunicação recíprocos e quanto às modalidades efectivas de melhorar a comunicação a vários níveis. Comprometeram-se a ser honestos na discussão das próximas questões das negociações com vista a estimular o processo de paz, e manifestaram a esperança de alcançar um acordo de paz final até fins de Junho de 2003.

32. De 7 a 16 de Abril de 2003, realizou-se em Nairobi a 4ª Sessão do Grupo de Trabalho da Comissão Política. Estas conversações tiveram lugar em conformidade com o Protocolo de Machakos com o objectivo de delinear as medidas de segurança que serão implementadas antes e durante o período provisório de seis anos no Sudão.

33. As conversações foram precedidas das apresentações dos peritos em questões de cessar-fogo e negociações em segurança; verificação e monitorização; desarmamento, desmobilização e reintegração bem como polícia e manutenção da ordem. Com base em consultas separadas com as partes, os mediadores elaboram um projecto de programa para as conversações. O Governo do Sudão aceitou a agenda proposta enquanto que o SPLM/A não aceitou, insistindo na necessidade de incluir o estatuto das previstas forças armadas na agenda proposta. O SPLM/A também não aceitou a inclusão do ponto da agenda sobre “ a criação de comandos de segurança nacional e coordenação”, com o argumento de que esta questão deveria ser tratada durante as reuniões sobre os recursos e a partilha do poder. Em seguida, a agenda proposta foi transformada naquilo que então se denominou de pontos de discussão para medidas de segurança.

34. Durante os debates, o SPLM/A manifestou o desejo de haver dois exércitos separados durante o período transitório. Para apoiar esta posição, o SPLM/A declarou que o governo não honrou nenhum dos compromissos assumidos nos acordos anteriores. Salientou, igualmente, que a presença do seu exército no Sul garantiria protecção às populações dessa zona no caso de haver violações ao acordo final.

35. Por seu lado, o Governo do Sudão reiterou a sua posição quanto à necessidade de haver um único exército, acrescentando que essa posição está de acordo com o estipulado no Protocolo de Machakos. O Governo do Sudão disse ainda que um único exército será um passo para a edificação de um Sudão unido e um teste à vontade política de ambas as partes, em promover a unidade. O governo do Sudão indicou que a proposta do SPLM/A significava que os grupos de milícias existentes acabariam por também manter o seu pessoal militar, criando infalivelmente uma situação caótica. Finalmente, o Governo do Sudão sublinhou que não corria o risco de ser alvo da indignação da comunidade internacional, violando os acordos que assinou na sua presença.

36. As conversações sobre medidas de segurança também incidiram na questão da Equipa de Verificação e Monitorização. Convém recordar que a Adenda ao MdE sobre a Cessação das Hostilidades, assinado pelas partes a 4 de Fevereiro de 2003, prevê a criação de uma EVM para verificar todas as violações de cessar-fogo constatadas. Contudo, a Adenda não foi clara em relação à forma como a EVM deverá operar, em particular no que se refere à responsabilidade de estacionar missões no terreno. Consequentemente, as duas partes apresentaram interpretações divergentes: o governo do Sudão considerava que o Comité de Canal de Comunicação do MdE sobre a Cessação das Hostilidades devia ser responsável pela atribuição de tarefas à EVM, enquanto que o SPLM/A mantinha categoricamente que esta responsabilidade devia ser assumida pelo Presidente da EVM.

37. Apraz-me informar que, durante a 5ª Sessão do Grupo de Trabalho da Comissão Política sobre Recursos e Partilha do Poder, realizada em Nairobi, de 7 a 21 de Maio de 2003, as partes finalmente assinaram os Procedimentos de Atribuições de Tarefas às Equipas de Verificação e Monitorização e deram permissão à EVM para realizar missões de reconhecimento, que serão seguidas pela afectação de equipas no terreno.

38. Igualmente durante esta missão, os mediadores, bem como as partes, acordaram elaborar um quadro de negociação global sobre todas as questões pendentes relativas ao poder, partilha de recursos e medidas de segurança ao abrigo do processo da IGAD, excepto, certamente, as três áreas que deverão ser tratadas no âmbito do mandato Queniano. As partes também trabalharam, em estreita colaboração com peritos do FMI e do Banco Mundial na formulação de uma opinião comum, quanto à forma de resolver os problemas de gestão económica, estruturas de governo e partilha de recursos, incluindo a terra.

39. Com vista a formular o melhor compromisso possível, o Mediador-Chefe, General L. Sumbeiywo continuou a discutir com ambas as partes a fim de finalizar o projecto de proposta do acordo final, depois do fim da Sessão. Esta proposta será apresentada às partes durante a próxima sessão, que fará a avaliação pormenorizada das medidas de segurança e das garantias regionais e internacionais do acordo de paz global.

40. Durante as sessões do Conselho de N'Djamena, informei sobre o papel da UA no processo de paz. No período que se seguiu, a UA continuou a apoiar o processo de paz, juntamente com os outros observadores. O meu Enviado Especial, Embaixador Baba Gana Kingibe, participou nas negociações que tiveram lugar e manteve contactos estreitos com as partes. A este respeito, o meu Enviado Especial esteve em Khartoum, de 14 a 16 de Maio de 2003, para discutir o processo de paz, com as autoridades sudanesas.

41. Gostaria de informar o Conselho que a UA entregou uma contribuição de 50.000 \$EU ao Secretariado da IGAD para a Paz no Sudão. A Comissão está a estudar as possibilidades de reforçar a sua delegação às conversações de paz, em particular garantindo os serviços de um perito militar que prestará assessoria nos aspectos relativos à segurança, durante as negociações.

42. A 21 de Abril de 2003, referindo-se ao processo de paz, o Presidente dos EUA, George W. Bush, garantiu ao Congresso que o Governo do Sudão “iniciou negociações de boa-fé a fim de alcançar um acordo de paz duradouro, justo e equitativo”, e que “não interferiu excessivamente nos esforços humanitários”. Esta garantia é prevista pela Lei sobre a Paz no Sudão que exige que o Presidente dos EU informe, de seis em seis meses, sobre os progressos registados pelo Governo e o SPLM/A quanto às conversações sobre a paz no Sudão.

43. É importante assinalar que, na perspectiva de um acordo de paz global, de 1 a 3 de Abril de 2003, foi realizada, em Noordwijk, Países Baixos, uma conferência de doadores para a reconstrução do Sudão, com o objectivo de identificar e coordenar as actividades de reconstrução que poderão ter início imediatamente após a conclusão de um acordo entre o Governo do Sudão e o SPLM/A. A reunião debateu sobre as actividades ligadas à edificação da paz, nomeadamente a desminagem, o desarmamento e a reabilitação das infra-estruturas do país.

44. Após a Conferência dos Países Baixos, realizou-se outra reunião em Nairobi, a 9 de Maio de 2003, durante a qual as partes decidiram formar um Mecanismo Conjunto de Planificação e conjugar esforços para identificar as prioridades dos programas para o período pré-provisório. Acordaram igualmente inicial actividades de reforço de capacidades com a assistência da comunidade de doadores.

45. Para concluir, enquanto se registaram progressos significativos desde a assinatura do Protocolo de Machakos, há ainda questões difíceis a serem resolvidas antes de as Partes alcançarem um acordo global. Por isso, é fundamental que se mantenham empenhadas na procura da paz e continuem a cooperar plenamente com o processo de paz conduzido pela IGAD. É também dever da comunidade internacional continuar a dar

atenção a todo o tipo de contribuição possível para apoiar o processo de paz no Sudão.

D. SUDÃO – ERITREIA

46. Em N'Djamena, informei o Conselho dos desenvolvimentos ocorridos nas relações entre a Eritreia e o Sudão. A este respeito, indiquei que, no quadro dos esforços da UA para aliviar a tensão entre os dois países, uma delegação conduzida pela Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul e integrada pelo Comissário Interino para a Paz, Segurança e Assuntos Políticos, visitou Khartoum, no princípio de Fevereiro, onde se reuniu com autoridades governamentais.

Como é do conhecimento do Conselho, a delegação devia visitar Asmara. Contudo, como as datas propostas não convinham às autoridades Eritreias, a visita não se realizou. Durante o período em análise, nenhum desenvolvimento novo foi levado à consideração da UA.

E. PROCESSO DE PAZ ENTRE A ETIÓPIA E A ERITREIA

47. Na sessão de N'Djamena, informei o Conselho Executivo sobre os progressos registados no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia. A este respeito, indiquei as medidas tomadas com vista à implementação da Decisão de 13 de Abril de 2002, sobre a delimitação da fronteira entre os dois países, incluindo a reunião da Comissão para a Delimitação da Fronteira Etiópia-Eritreia, realizada em Londres, a 8 e 9 de Fevereiro de 2003, para esclarecer certas questões e tratar de outras que preocupam ambas as partes. Informei igualmente o Conselho dos esforços que estão sendo desenvolvidos pelas Nações Unidas para facilitar a implementação dos Acordos de Argel de Junho e Dezembro de 2000, e a contribuição da União Africana para este processo.

48. Desde então, continuei a seguir de perto os desenvolvimentos do processo de paz, em particular no que se refere à demarcação da fronteira. O Conselho deve lembrar-se que, na sequência da Decisão de 13 de Abril de 2002, a Comissão para a Delimitação da Fronteira Etiópia-Eritreia, submeteu às partes, para parecer, um mapa na escala de 1 para 25.000 relativo às áreas através das quais passaria a fronteira proposta. Os pareceres das partes chegaram à Comissão em fins de Janeiro de 2003.

49. Nas observações que formulou, a Etiópia manifestou as suas preocupações relativas ao processo de demarcação, sublinhando a obrigação da CDFEE de realizar um exercício de demarcação cuidadoso, incluindo uma análise no terreno da geografia física e humana. A resposta da Eritreia incidiu nos aspectos técnicos da demarcação.

50. Na opinião da Comissão, expressa no seu 8º relatório de 21 de Fevereiro de 2003, as observações feitas pela Etiópia, “sobre uma série de aspectos importantes, representavam uma tentativa de reabrir a substância da Decisão de Abril”, embora a Comissão não tenha mandato para alternar a fronteira já delimitada - e o Acordo de Dezembro de 2000 a impeça expressamente de decidir questões de forma imparcial. Contudo, manifestou-se disposta a fazer isso, se as partes estiverem de acordo a 21 de Março de 2003, a CDFEE emitiu uma declaração na qual reafirmava a sua Decisão de 13 de Abril de 2003, como final e vinculativa. Realçou igualmente que “é natural que na delimitação de fronteiras haja anomalias no terreno. Este é essencialmente uma questão que as partes devem tratar mediante um acordo mútuo ou dando poderes à Comissão para alterar a fronteira, ou recorrendo às Nações Unidas de acordo com o estipulado no Artigo 4.16 do Acordo de Dezembro de 2000”.

51. Por seu lado, o Governo etíope entrou em contacto com as Nações Unidas e outros membros da comunidade internacional solicitando o envolvimento da Organização ao abrigo do Artigo 4.16. Por outro lado, a 2 de Maio de 2003, enviou uma Nota Verbal à Comissão da UA reforçando a sua posição. O Governo etíope manifestou a sua profunda decepção pela forma como a CDFEE conduziu o processo de demarcação, e considerou que ela estava a deformar “os esforços da Etiópia, em particular as suas observações de 24 de Janeiro de 2003”. Sublinhou que a Etiópia

ainda era favorável à Decisão da CDFEE de Abril de 2002 e o que pretendia era que “ a Comissão tratasse das questões que a própria Decisão tinha deixado em aberto para serem resolvidos durante o processo de demarcação”, para que esta fosse conforme a Decisão de Abril de 2002, e os Acordos de Argel. O Governo etíope exortou a Comissão da UA a apoiar o apelo da Etiópia no sentido de o Secretário-Geral das NU tomar medidas urgentes ao abrigo do Artigo 4.16 do Acordo de Dezembro de 2000.

52. Por seu lado, a Eritreia denunciou a posição da Etiópia e solicitou ao Conselho de Segurança para tomar as medidas necessárias a fim de garantir a total implementação da Decisão da CDFEE.

53. Todos estes desenvolvimentos atrasaram o processo de demarcação, que devia começar em maio de 2003 e que agora se prevê para Julho deste ano.

54. Numa perspectiva mais positiva, gostaria de anotar que houve contribuições suplementares ao Fundo de Afectação das NU para a Delimitação e Demarcação da Fronteira. Dos 7,6 milhões de dólares solicitados pela CDFEE para o seu trabalho em 2003, 6,2 milhões já foram obtidos ficando uma diferença de apenas 1,4 milhão, comparada com a de 4,6 milhões em Janeiro último. No terreno, a CDFEE identificou todos os marcos provisórios da nova fronteira do Sector Leste, na perspectiva da demarcação.

55. Na Resolução 1466 de 13 de Maio de 2003, o Conselho de Segurança das Nações Unidas exortou tanto a Etiópia como a Eritreia a continuarem a assumir as suas responsabilidades e a cumprir os seus compromissos no quadro dos Acordos de Argel e a cooperarem plena e rapidamente com a Comissão de Fronteiras, a fim de implementar na íntegra as Direcções de Demarcação que vinculam a Comissão e respeitar imediatamente todas as suas Ordens. O Conselho de Segurança exortou as partes a começarem a sensibilizar as suas populações quanto ao processo de demarcação e suas implicações. Encorajar os garantes, mediadores e testemunhas dos Acordos de Argel e os Amigos da UNMEE a intensificarem os seus contactos com as autoridades em ambos os países, com vista a contribuir para a aceleração do processo de demarcação. Convidou especificamente a União

Africana a continuar a conceder o seu total apoio ao processo de paz.

56. A 21 de Março de 2003, tive uma reunião com o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Embaixador Legwaila Joseph Legwaila. A reunião foi uma oportunidade para analisar o processo de paz à luz das dificuldades surgidas no processo de demarcação e o papel que a UA podia desempenhar no sentido de ajudar a resolver essas dificuldades. Subsequentemente, o Embaixador Legwaila reuniu-se com o Presidente Thabo Mbeki, na qualidade de Presidente da UA. A 4 de Abril, convoquei, em Adis Abeba, uma reunião das testemunhas dos esforços visando avançar o processo de paz.

57. Durante o período em revista a situação na Zona de Segurança Provisória manteve-se geralmente calma, apesar de algumas notícias sobre tiroteios à volta da área do Rio Mereb, que não puderam ser confirmados pela UNMEE. Tanto as Forças de Defesa Eritréias, como as Forças Armadas Etíopes, mantiveram as mesmas posições e continuaram a respeitar a ZSP. Contudo, há algumas dificuldades a registar e que dizem respeito às restrições à liberdade de circulação dos capacetes azuis das NU nas zonas do norte adjacentes à ZSP e através da fronteira junto das áreas de Drum Drum (Sector Central). Convém igualmente assinalar que o problema de longa data relativo a um voo directo de alta altitude a ser utilizado pela UNMEE entre Asmara e Adis Abeba, ainda não foi resolvido.

58. Na sua Resolução 1466 (2003) acima referida, o Conselho de Segurança prorrogou o mandato da UNMEE até 15 de Setembro de 2003. O Conselho de Segurança também analisou as dificuldades enfrentadas pela missão de manutenção da paz, convidando as partes a cooperarem plena e prontamente com a UNMEE na implementação do seu mandato.

59. Durante o período em análise, a Comissão de Coordenação Militar (CCM), cujo mandato é facilitar as funções da missão de manutenção da paz, realizou a sua 16ª reunião em Djibouti, a 19 de Março de 2003, para tratar de questões relativas ao processo de paz. Não se registaram progressos na implementação das decisões da CCM especialmente a nível local; também não se registaram progressos quanto à proposta da realização das

reuniões da CCM alternadamente em Asmara e Adis Abeba. A Etiópia apoia a proposta, mas a Eritreia não concordou.

60. A situação humanitária, tanto na Etiópia como na Eritreia, continua grave, principalmente devido à seca e à fraca resposta da comunidade internacional. Na Etiópia, a situação tem sido agravada por fortes inundações na parte sul do país. No princípio de Maio, o Programa Alimentar Mundial (PAM), das Nações Unidas, calculou que os donativos confirmados para 2003, correspondiam apenas a 34% das necessidades da Eritreia enquanto que havia uma ligeira quebra dos 54% atribuídos à Etiópia.

61. Respondendo a esta situação, as agências das Nações Unidas tomaram uma série de medidas. Por seu lado, a UA, em Novembro do ano passado fez donativos simbólicos no valor de 200.000,00\$EU cada à Etiópia e à Eritreia. Estou preocupado com a fraca resposta da comunidade internacional à situação da seca nos dois países. Espero sinceramente que esta situação em breve se normalize, pois qualquer atraso só irá piorar a situação das populações civis afectadas.

62. A Missão de Ligação da UA na Etiópia-Eritreia (OLMEE) continuou a desempenhar o seu papel no processo de paz, apesar dos constrangimentos financeiros enfrentados pela Missão e que levou à redução dos seus efectivos. O Representante Político Sénior continuou o seu trabalho de ligação com as partes, a UNMEE e outras instituições envolvidas no processo de paz, tanto em Asmara como em Adis Abeba. O Representante Militar Sénior continuou a fazer visitas de inspecção à ZSP e a estabelecer ligação com comandantes e oficiais militares das partes e a UNMEE. Participou também na reunião da CCM em meados de Março de 2003. Além disso, as equipas de ligação da OLMEE continuaram a estacionar e a partilhar a ZSP juntamente com a UNMEE.

63. Embora tenha havido progressos significativos no processo de paz desde a assinatura dos Acordos de Argel, graças à vontade política demonstrada por ambas as partes e à cooperação que estabeleceram com a UNMEE e a CDFEE, continuo profundamente preocupado com os problemas surgidos na implementação do processo de demarcação. Esta situação realça a necessidade de a comunidade internacional aumentar os seus

esforços de apoio ao processo de paz. Como uma das testemunhas dos Acordos de Argel, a União Africana, trabalhando em estreita colaboração com os seus parceiros, em especial as Nações Unidas, não deve poupar esforços visando a conclusão rápida e bem sucedida do processo de paz.

F. BURUNDI

64. Durante o período em análise, continuei a seguir de perto os desenvolvimentos da situação política, social e de segurança no Burundi. Enquanto que a situação política teve uma evolução positiva, com nomeadamente, a alternância na chefia do Estado no fim da primeira fase de transição, a situação de segurança continua precária, caracterizada pela recrudescência de confrontos entre as forças armadas regulares e os movimentos armados CNDD-FDD de Pierre Nkurunziza e Paliphehutu-FNL de Aghaton Rwaswa. No plano económico e humanitário, não se verificou nenhuma melhoria significativa. O prosseguimento dos combates em certas províncias causaram a destruição de infra-estruturas económicas e sociais, bem como as deslocações maciças de populações civis.

65. No que se refere à evolução política, desejaria congratular-me com os progressos significativos registados nestes últimos meses. Efectivamente, em conformidade com os compromissos assumidos pelas partes burundesas, o Presidente da primeira fase de transição, Major Pierre Buyoya, a 30 de Abril de 2003, passou a função suprema ao seu Vice-Presidente, Domitien Ndayizeye, que deverá dirigir a segunda parte de transição até ao fim, isto é, até 1 de Novembro de 2004. Tendo participado pessoalmente nas cerimónias que marcaram este acontecimento e na evolução que proferi nesta ocasião, felicitei a coragem dos actores da cena política burundesa pelo gesto simbólico que manifestaram e que marcará, para sempre, a vida política do Burundi.

66. Aproveitei a oportunidade para de novo, lançar um apelo ao Governo e ao CNDD-FDD de Pierre Nkurunziza., para que respeitem o acordo de cessar-fogo assinado a 2 de Dezembro de 2002, e o implementem efectivamente.

67. No que diz respeito à implementação do Acordo de cessar-fogo de 2 de Dezembro de 2002, assinado entre o Governo de Transição e o CNDD-FDD de Pierre Nkurunziza, o meu Representante Especial ao Burundi, o Embaixador Mamadou Bah, em estreita colaboração com o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, o representante da União Europeia e os Embaixadores da França, Bélgica e dos Estados Unidos, formaram um Grupo informal de apoio do cessar-fogo, destinada a facilitar o levantamento dos bloqueios causados pela interrupção no abastecimento de alimentos aos elementos de CNDD-FDD.

68. O Conselho recorda-se que depois da assinatura deste acordo, as duas partes deviam respeitar uma trégua nas frentes de combate mas que esta não tinha durado muito. Então pôs-se a questão do pré-acantonamento dos elementos deste movimento armado e do seu aprovisionamento, a fim de os manter nas zonas “controláveis” e evitar que prossigam os actos de violência contra as populações civis, sob o pretexto de procurar comida. Neste sentido, devo recordar que, graças aos esforços do grupo informal, atrás referido a União Europeia aceitou, fornecer víveres aos movimentos armados. Mas esta operação que começou bem não prosseguiu, tendo o governo demonstrado a sua oposição devido às violações do Acordo de 2 de Dezembro de 2002, e da continuação dos combates nas diferentes províncias do país, atribuídas ao Movimento CNDD-FDD de Pierre Nkurunziza.

69. Tenho o prazer de informar o Conselho Executivo que, em conformidade com a declaração conjunta de 27 de Janeiro de 2003, através da qual as duas partes, entre outros, solicitaram o envio imediato de observadores militares da União Africana e as decisões do Órgão Central aquando das suas sessões de 14 de Janeiro e de 3 de Fevereiro de 2003, observadores da União Africana, cujos primeiros elementos chegaram ao Burundi em meados de Fevereiro, foram estacionados nas províncias de Makamba, Bubanza, Gitega, Ruyigi e Kayanza em Março de 2003, encontrando-se doravante plenamente operacionais. O seu número total eleva-se a 43. Aproveito a oportunidade para exprimir a minha gratidão ao Burquina Faso, Mali, Gabão, Togo e Tunísia que, num espírito de solidariedade africana, forneceram o pessoal necessário num contexto de segurança que não é dos mais favoráveis.

70. No mesmo contexto, desejo congratular-me pelo início do envio das forças da Missão Africana previstas pelo acordo de cessar-fogo de 2 de Dezembro de 2003, após o Comunicado do Órgão Central de 2 de Abril de 2003, que definiu os objectivos e o mandato dessas missões. Tratando-se deste último ponto, convém recordar que a Missão que é enviada para um período inicial de um ano, aguardando o envio de uma força de manutenção de paz das Nações Unidas, têm nomeadamente como mandato, controlar e verificar a implementação dos acordos de cessar-fogo; facilitar as actividades da Comissão Mista de Cessar-fogo, e dos Comitês Técnicos para a reestruturação das forças nacionais de defesa e da polícia; garantir a segurança nas Zonas de concentração e desmobilização que tiverem sido identificadas; facilitar a prestação de assistência técnica para o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração e facilitar o fornecimento de assistência humanitária,.

71. Várias reuniões tiveram lugar tanto na Sede da Comissão, em Adis Abeba, como em Bujumbura, para analisar o plano operacional do envio de tropas, incluindo as regras de recrutamento e o orçamento da Missão. Com base num efectivo total de 3.225 homens e para um período inicial de um ano, o custo da missão será de cerca de 190 milhões de dólares. Agora segue-se a tarefa delicada de mobilização dos recursos necessários. Se os nossos parceiros forem - em nome da solidariedade internacional e da universalidade de manutenção de paz - chamados a fornecer uma parte substancial deste montante, os Estados Membros têm todo o dever de contribuir para este esforço, e ao fazer isso, demonstrar a determinação da África em assumir as suas responsabilidades. Gostaria de aproveitar esta ocasião para exprimir toda a minha gratidão à África do Sul, Etiópia e Moçambique, não só por terem contribuído com tropas, mas igualmente por terem aceite, em conformidade com o comunicado do Órgão Central, assumir as suas próprias despesas durante um período inicial de 60 dias, até à mobilização dos recursos necessários para a criação do mecanismo de reembolso.

72. A Missão Africana está sob a responsabilidade política do meu Representante Especial no Burundi, Embaixador Mamadou Bah. A componente militar está sob o comando do General Sul-africano Sipho Binda, apoiado pelo General de Brigada Gebrat

Ayele Bicha da Etiópia. Os primeiros elementos sul-africanos, etíopes e moçambicanos já chegaram, e o Estado-Maior da Força, já iniciou as suas funções.

73. No início do mês de Abril de 2003, o meu Representante Especial participou em Nova Iorque, na reunião dos Representantes e Enviados Especiais ao Burundi, convocada pelo Secretariado das Nações Unidas. As questões examinadas durante esta reunião foram entre outros relativas às necessidades financeiras da Missão Africana e o subsequente envio de uma força de manutenção da paz das Nações Unidas.

74. A 27 de Janeiro de 2003, as partes no conflito aceitaram a criação de uma Comissão Mista de Cessar-fogo (CMC) que ficará sob a responsabilidade de um presidente designado pelas Nações Unidas. Por enquanto a CMC é dirigida por um Presidente Interino na pessoa do Coronel Alioune Samba do Senegal. A Comissão já iniciou as suas tarefas. Ela trabalha com os Representantes do CNDD-FDD de Jean Bosco Ndayikengurukiye, do Palipehutu-FNL de Alain Mugabarabona, das Forças Armadas nacionais e a da MIOB. Espero que os Representantes do Palipehutu/Karatasi e do CNDD/Nyangoma, que chegaram a Bujumbura a 14 de Maio de 2003, bem como os do Frolina/Karumba, que chegaram um pouco mais cedo, irão contribuir para o desenvolvimento do trabalho da Comissão. Mas devo lamentar a ausência, até este momento, dos representantes do CNDD-FDD de Pierre Nkurunziza.

75. Apesar desta ausência, a CMC já se reuniu três vezes. Durante a sua segunda reunião, a 14 de Abril de 2003, em Bujumbura, os representantes das diferentes partes discutiram e chegaram a um acordo sobre as zonas de acantonamento. Três zonas foram escolhidas de forma consensual, a saber: Muyange, Bugaram e Buhinga, nas províncias de Bubanza, Gitega e Muyinga, respectivamente. Aqui, desejaria informar o Conselho, que já foi decidido um plano de envio de tropas, mas que só será efectivo quando o conjunto dos elementos da Missão Africana estiverem presentes em Bujumbura, e todos os combatentes dos movimentos armados aceitarem o princípio do acantonamento, ou seja, quando a cessação das hostilidades for efectiva.

76. Por iniciativa do meu Representante Especial, assistido pelo Comandante da Missão Africana, realizou-se a 15 e 16 de Maio de 2003, uma reunião de coordenação, integrada pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Bujumbura, o Presidente Interino da CMC e algumas agências das Nações Unidas, para debater os vários aspectos logísticos do acantonamento. Os aspectos relativos ao aprisionamento de víveres e medicamentos foram discutidos com a Mesa de Coordenação das Actividades Humanitárias (OCHA) e o Programa Alimentar Mundial com vista a definir, organizar e planificar as actividades dos diversos parceiros antes do início do acantonamento.

77. Além do acompanhamento da implementação dos Acordos de Cessar-fogo, a questão do repatriamento dos numerosos refugiados burundeses continua no centro das minhas preocupações. Neste sentido, apraz-me felicitar a estreita cooperação existente entre o ACNUR do Burundi e a Missão da UA no Burundi (MIOB). É neste quadro que a MIOB participou na 5ª Comissão Tripartida Burundi/Tanzânia/ACR que teve lugar em Dar-es-Salaam, Tanzânia, no fim do mês de Fevereiro de 2003, e que o meu Representante Especial recebeu, a 29 de Abril de 2003, a Coordenadora Regional do ACNUR para a Região dos Grandes Lagos, Sr^a Wairimu Karago, com a qual discuti a questão dos refugiados face às novas perspectivas que se abrem à luz do envio dos observadores militares da União Africana e da mudança, sem confrontações, na Chefia do Estado.

78. O meu Representante Especial no Burundi, segue igualmente de perto os trabalhos do mecanismo Ad hoc, criado pelo Banco Mundial para tratar das questões de desarmamento, desmobilização, reinserção e reintegração dos ex-combatentes. Neste âmbito, recebeu dois peritos que estão a trabalhar no programa multi-países de desmobilização e reintegração (PMDR) do Banco Mundial bem como um conselheiro do Banco, responsável pelo programa regional de desmobilização na Região dos Grandes Lagos de que o Burundi é beneficiário.

79. Gostaria igualmente de informar o Conselho que durante a minha estadia em Bujumbura, de 29 a 30 de Abril de 2003, por ocasião da cerimónia de transição de poderes entre o Presidente cessante, Major Pierre Buyoya e o Sr. Domitien Ndayizeye, Presidente da segunda fase do período de transição, coloquei a primeira pedra de uma aldeia OUA/UA. Trata-se de um projecto de construção de cinquenta habitações, contribuição da nossa organização para o acolhimento dos repatriados burundeses, a fim de marcar a solidariedade da UA para com estas populações sinistradas.

80. O meu Representante Especial no Burundi continuou igualmente a participar nas reuniões da Comissão de acompanhamento da Aplicação do Acordo de Arusha (CSA), cuja segunda sessão teve lugar de 17 a 21 de Março e a terceira de 19 a 23 de Maio de 2003, bem como os trabalhos do Conselho Executivo da CSA. Congratulo-me pelos esforços desenvolvidos pelo governo e pelo Parlamento de Transição, com vista à implementação das actividades previstas no Acordo de Arusha. Trata-se, entre outros, de certas reformas nos planos jurídico, judiciário e administrativo e da adopção de leis propícias ao desenvolvimento do processo democrático no Burundi, em particular, a lei sobre os partidos políticos. Desejaria convidar o Governo e o Parlamento de transição, a redobrem esforços com vista à adopção de todos os outros projectos de lei previstos no calendário fixado pelo Acordo de Arusha, incluindo a lei sobre a reforma das forças de defesa e de segurança, a lei sobre a imunidade provisória a ser concedida aos políticos que regressam do exílio etc.

81. É escusado sublinhar que a situação no Burundi, à qual a OUA/UA, consagrou tantos esforços durante a última década, permanecerá no centro das preocupações da nossa organização. Esta não poupará esforços a fim de contribuir para a resolução definitiva da crise burundesa. Foram realizados progressos significativos, nomeadamente no plano político. Mas, ainda resta muito por fazer, principalmente nos planos de segurança e sócio-económico. Os esforços visando convencer o CNDD-FDD de Pierre Nkurunziza a implementar e a respeitar o Acordo de Cessar-fogo assinado a 2 de Dezembro de 2002, devem prosseguir; também, deve-se fazer tudo para que o Palipehutu-FNL de Agathon Rwasa se associe ao processo de paz em curso. Desejo igualmente, uma vez mais, lançar um apelo urgente à

comunidade internacional para que conceda ao Burundi a assistência humanitária e económica necessárias, a fim de consolidar o processo de paz.

G. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)

82. A evolução positiva da situação na República Democrática do Congo que apresentei no meu relatório, à segunda Sessão do Conselho Executivo realizada em N'Djamena, em Março de 2003, consolidou-se globalmente, ao ponto de prever uma evolução irreversível do processo, apesar da situação instável que ainda prevalece no Nordeste do país

83. A 6 de Março de 2003, as partes no Diálogo Inter-congolês, concluíram um acordo sobre as questões que ficaram pendentes por ocasião da assinatura do Acordo Global realizada em Pretória, África do Sul, a 17 de Dezembro de 2002, e que são: a Constituição da transição, o exército nacional e as disposições de segurança relativas às instituições de transição e seus organizadores. A plenária do Diálogo para adoptar os diferentes acordos sectoriais concluídos anteriormente (Sun City, de 25 de Fevereiro a 19 de Abril de 2002, ao acordo de 6 de Maio de 2003), realizou-se a 1 e 2 de Abril de 2003, em Sun City, África do Sul, sob a égide de Sir Ketumile Masire, Mediador neutro do Diálogo Político Inter-Congolês. A cerimónia de conclusão do Diálogo Inter-Congolês contou com a participação de todas as partes congolezas, bem como de muitos Chefes de Estado da região; a Comissão da União Africana esteve representada pelo meu Representante Especial na RDC, Sr. Martin Bongo.

84. A 4 de Abril de 2003, o Presidente Joseph Kabila, promulgou a Constituição de transição. A 7 de Abril, prestou juramento e a 15 de Abril, amnistiou os crimes de guerra cometidos de 2 de Agosto de 1998 a 4 de Abril de 2003. A 14 de Abril de 2003, a Comissão de acompanhamento da implementação do acordo global realizou a sua primeira reunião em Kinshasa, sob a presidência do Presidente Kabila, com a participação de todos os seus membros, com excepção dos dois delegados da RCD/Goma (RCD/G), ausentes de Kinshasa “por razões de segurança”. Depois de uma entrevista a 16 de Abril de 2003, entre o Presidente da Comissão de acompanhamento e o Comité Internacional de garantia da implementação do acordo, e a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC) que preside o

Comité, obteve a garantia do Secretário Geral das Nações Unidas de que elementos da MONUC garantem a segurança dos delegados do RCD/G; estes chegaram a Kinshasa a 27 de Abril de 2003, e desde então participam nas reuniões do Comité de acompanhamento.

85. O Comité Internacional de garantia da implementação do Acordo ou Comité de acompanhamento das instituições de transição, por seu lado, realizou a sua primeira reunião, a 10 de Abril de 2003.

86. Paralelamente à criação das instituições de transição, a Comissão de pacificação do Ituri (CPI), no Nordeste da RDC, prevista pelo Acordo de Luanda, de 6 de Setembro de 2002, foi finalmente instada, após a assinatura a 18 de Março de 2003, em Bunia, de um acordo de cessar-fogo entre todas as partes no processo de pacificação da região, com excepção da União dos Patriotas Congolenses (UPC) do Sr. Thomas Lubanga. A cerimónia de lançamento da CPI, teve lugar a 4 de Abril de 2003, em Bunia. Presidida pelo Representante Adjunto do Secretário Geral das Nações Unidas na RDC, a CPI inclui, entre outros, representantes dos governos congolês, angolano e ugandês, membros das organizações da sociedade civil, delegados das partes no conflito na região e representantes das comunidades de base. A CPI, cuja missão, entre outras, é criar uma autoridade administrativa, estabelecer uma estrutura de manutenção da ordem e da lei e zelar pela retirada total das tropas ugandesas da região, realizou a sua primeira reunião a 11 de Abril de 2003, em Bunia.

87. Acontece que, a criação da CPI não pôs fim à guerra, às pilhagens e a todo o tipo de atrocidades, bem como às deslocações maciças de populações civis ocorridas na Região de Ituri, desde há muitos anos. Portanto, logo depois do anúncio da retirada das tropas ugandesas da região e apesar da presença, em Bunia de importantes forças da MONUC, recomeçaram e agravaram-se os combates entre as milícias dos grupos étnicos Hema e Lendu.

88. A 3 de Abril de 2003, massacres de várias centenas de pessoas, na sua maioria membros do grupo étnico Hema, haviam sido perpetrados em Drodro, uma localidade sob a autoridade administrativa de Bunia. Estes acontecimentos foram objecto de uma indignada condenação por parte da Comunidade Internacional, tendo as Nações Unidas iniciado um inquérito cujas conclusões ainda não foram apresentadas. Eu próprio emiti um comunicado no qual, entre outros, condenei firmemente os massacres e convidei as partes a implementarem o acordo de cessar-fogo de 18 de Março de 2003.

89. Os combates culminaram a 12 de Maio de 2003, com a tomada de Bunia pela UPC e a “retirada” das milícias Lendu para a periferia da cidade, donde tentam, à custa de numerosos mortos e feridos de ambas as partes, tomar as posições “abandonadas”. Preocupado com os acontecimentos, emiti um comunicado a 13 de Maio de 2003, no qual, uma vez mais, convidei as partes a implementarem imediatamente o acordo de cessar-fogo e associarem-se à dinâmica de paz, em curso no país. Por outro lado, juntei a minha voz à do Presidente da União Africana, Thabo Mbeki, para pedir o reforço do mandato e das capacidades da MONUC com vista a estabelecer a paz no Ituri.

90. A 14 e 15 de Maio de 2003, o Presidente Joseph Kabila presidiu, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, a uma reunião das partes no processo de paz em Ituri, na presença dos representantes de alguns países da região. No fim da reunião, as partes reiteraram o seu compromisso, em relançar o processo de pacificação do Ituri, cessar as hostilidades, acantonar fora de Bunia os elementos das suas respectivas forças, e desmilitarizar Bunia. As partes solicitaram igualmente o envio de tropas estrangeiras para a região, sob a égide da ONU, apelaram aos países estrangeiros para deixarem de apoiar os grupos armados e solicitaram ao governo congolês para demonstrar neutralidade.

91. A sessão extraordinária do Conselho Executivo de Sun City, África do Sul, de 21 a 25 de Maio de 2003, tomou nota com satisfação dos progressos significativos realizados no processo de paz; manifestou a sua profunda preocupação perante a situação que prevalece no Leste e no Nordeste do país. O Conselho Executivo solicitou às partes em conflito da região do Ituri que respeitem os compromissos assumidos em Dar-es-Salaam, em meados de Maio de 2003.

92. A 30 de Abril de Maio de 2003, o Conselho de Segurança adoptou uma resolução autorizando o envio, até 1 de Setembro de 2003, de uma Força Multinacional Interina de Emergência a Bunia. O objectivo da Força é estabilizar as condições de segurança, melhorar a situação humanitária, assegurar a protecção do aeroporto e dos deslocados nos campos de Bunia; e garantir a segurança da população civil, do pessoal das Nações Unidas e das organizações humanitárias na cidade. A Força Multinacional será chefiada pela França, tendo os Estados Unidos prometido a concessão de um assistência logística.

93. A tomada da cidade de Bunia pela forças ugandesas, a 6 de Março de 2003, criou uma enorme tensão entre Kampala e Kigali, com as duas capitais acusando-se mutuamente de sustentar e apoiar as suas posições recíprocas. Os riscos de um novo confronto dos exércitos dos dois países no território congolês levaram a comunidade internacional a reagir oportunamente para dissipar a tensão.

94. A 10 de Março de 2003, o Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas fez uma declaração na qual exortou, por um lado, o Uganda a respeitar o seu compromisso e retirar as suas tropas da RDC e, por outro, o Rwanda e abster-se de qualquer acção que pudesse agravar a situação na região do Ituri.

95. A 18 de Março, eu próprio emiti um comunicado no qual recordei às partes os compromissos que tinham assumido. Realcei que a Comissão da União Africana espera que honrem estes compromissos e contribuindo deste modo, para o rápido regresso da paz, segurança e estabilidade na região.

96. A 20 de Março de 2003, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a Resolução 1468 (2003) sobre a RDC. No que diz respeito à situação específica do Ituri, o Conselho exigiu que todos os governos da região dos Grandes Lagos ponham termo imediatamente ao seu apoio militar e financeiro às partes envolvidos nos conflitos em Ituri.

97. A 11 de Abril de 2003, o Presidente Thabo Mbeki, na sua qualidade de Presidente da União Africana, presidiu, no Cabo, a uma mini-Cimeira que reuniu os Presidentes Joseph Kabila,

Yoweri Museveni, Paul Kagame e Benjamin Mkapa para analisar a situação. As duas partes assumiram compromissos. Este encontro contribuiu largamente para dissipar a tensão entre o Uganda e Rwanda.

98. A convite do governo do Reino Unido, os Presidentes Kagame e Museveni reuniram-se em Londres a 8 de Maio de 2003. O encontro, que decorreu sob a mediação da Sr^a C. Short, Secretário de Estado Britânica para o desenvolvimento, permitiu aos dois Chefes de Estado e examinarem as questões, que os opõem e “criar as condições para a normalização das suas relações de Estado para Estado”. Por outro lado, apelaram à implementação dos acordos de paz na RDC e convidaram todas as partes a deixar de armar as milícias e as forças negativas no Leste da RDC.

99. Eu próprio considerei a hipótese de enviar uma missão de informação e de bons ofícios aos Presidentes Yoweri Museveni e Paul Kagame, chefiada pelo Distinto Dawit Yohannes, Presidente da Câmara dos Representantes dos povos da República Federal Democrática da Etiópia. A missão prevista, inicialmente de 24 a 25 de Abril, em seguida adiada para 23 a 27 de Maio, foi finalmente anulada devido às dificuldades surgidas na organização das audiências do meu emissário com os Chefes de Estado Ugandês e Rwandês.

100. Apesar dos numerosos e graves problemas que se colocam e que constituem outros tantos factores que podem afectar negativamente a dinâmica em curso, a evolução geral do processo só pode suscitar optimismo. No entanto, o processo continua frágil e existe razões para confrontá-lo e confortá-lo. Esta tarefa envolve, mais do que nunca, os protagonistas do processo de paz, tanto internos como externos.

H. ANGOLA

101. O Conselho deve recordar-se, que na Sessão de N'Djamena, tomou conhecimento dos desafios da reconstrução pós-conflito em Angola e das dificuldades que o país enfrenta em muitas outras áreas, e solicitou à Comissão da UA, em colaboração com o governo angolano, para sensibilizar a comunidade internacional para a reconstrução sócio-económica e as necessidades de desenvolvimento de Angola. O Conselho também anotou, com satisfação, o Relatório do Comité Ad hoc da UA sobre a Implementação de Sanções contra a UNITA.

102. Desde a Sessão do Conselho, continuei a seguir os desenvolvimentos em Angola. A este respeito, gostaria de saudar a Declaração do Governo de Angola de 4 de Abril de 2003, na qual se comprometia a resolver todos os problemas internos do país “num espírito de unidade e fraternidade e com o objectivo permanente de promover a paz e a harmonia”, no quadro do processo de promoção da reconstrução e da consolidação da democracia e do desenvolvimento.

103. Tenho o prazer de informar que, apesar dos muitos desafios que o país enfrenta, a paz está a ser consolidada e o Governo Angolano está agora envolvido activamente na reconstrução pós-conflito. A desmobilização, o desarmamento, a desminagem, a reintegração e outros esforços de reabilitação prosseguiram apesar de constrangimentos financeiros. Até agora, quase 90.000 ex-combatentes efectuaram o processo de registo, enquanto que cerca de 15.000 aguardam ainda a transferência das suas províncias e dos países vizinhos para as suas respectivas áreas de recepção.

104. No quadro do apoio aos esforços de reconstrução pós-conflito levados a cabo pelo país, o Banco Mundial, a 27 de Março de 2003, aprovou um programa de 125 milhões de dólares para a estratégia de transição de Angola. O programa do Banco Mundial incidirá em projectos de gestão macro-económica, apoio à desmobilização e reinserção de ex-combatentes e combate e prevenção do VIH/SIDA, entre outras áreas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) também iniciou conversações com o Governo para avaliar as suas reformas e desempenhos económicos.

105. Todavia, a situação humanitária continua a ser motivo de grande preocupação. De acordo com o Escritório de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHOA), cerca de 2,1 milhões de cidadãos angolanos enfrentam actualmente o problema de insegurança alimentar. Respondendo ao Apelo Consolidado Inter-agências das NU de 2003, os doadores, até fins de Março, tinham contribuído só com 16% dos 63 milhões de dólares solicitados. Gostaria de lançar um apelo à comunidade internacional no sentido de responder de forma positiva, ao apelo de assistência humanitária, que é fundamental para o sucesso dos esforços de consolidação da paz. O Governo de Angola também divulgou dados que mostram que 1,8 milhão de pessoas continuam deslocadas no interior do país embora, 1,5 milhão tenha regressado às suas zonas de origem.

106. Queria aproveitar esta oportunidades para, uma vez mais, afirmar o empenhamento da nossa organização continental em ajudar a manter o processo de paz e contribuir, juntamente com a comunidade internacional, para os esforços de reconstrução pós-conflito em curso.

I. REPÚBLICA ENTRO-AFRICANA

107. O período que se seguiu à Sessão de N'Djamena conheceu importantes desenvolvimentos. Efectivamente, a 15 de Março de 2003, o General François Bozizé, antigo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Centro-africanas, perpetrou um golpe de estado e conseguiu afastar do poder o Presidente constitucionalmente eleito Ange-Felix Patassé. Condenei firmemente este golpe. O Órgão Central, reunido na sua 90^a Sessão Ordinária, em Adis Abeba, a 17 de Março, condenou igualmente este golpe de força, recordando nessa ocasião, a rejeição total e a condenação inequívoca da UA, de qualquer mudança anti-constitucional de governo.

108. O Órgão Central solicitou aos autores do golpe para tomarem medidas imediatas com vista a restabelecer o governo democraticamente eleito no país. Entretanto, o Órgão Central recomendou a suspensão da participação da RCA nas actividades dos Órgãos de decisão da UA. O Órgão Central lançou um apelo aos Estados Membros, aos parceiros da UA e à comunidade internacional em geral, para apoiarem os esforços dos países da região e da UA com vista à restauração da ordem constitucional.

109. O Órgão Central solicitou-me que entrasse imediatamente contacto com as partes Centro-africanas a fim de analisarmos em conjunto as modalidades para a rápida reposição da legalidade constitucional. Neste sentido, o Órgão Central pediu-me para enviar imediatamente o meu Enviado Especial, Sadok Fayala, aos países da região para consultas com os dirigentes envolvidos, a fim de analisar a situação e encontrar as vias e os meios para a rápida resolução da crise.

110. O Presidente Thabo Mbeki, em nome da UA, a CEMAC, a CEN-SAD, a União Europeia, a França, os Estados Unidos da América, condenaram igualmente o golpe de estado.

111. No terreno, a situação evoluiu muito rapidamente. Depois de ter suspenso o governo e dissolvido a Assembleia Nacional, o General Bozizé criou um novo governo, dirigido pelo Sr. Abel Goumba, nomeado para o posto de Primeiro Ministro, e anunciou um período de transição de 18 a 30 meses. A 28 de Março, o Sr. Goumba apresentou um governo de 28 membros oriundos das diferentes forças políticas do país. Pouco tempo depois, o General Bozizé criou um Conselho Nacional de Transição, uma estrutura dita consultiva, reunindo todas as camadas activas e sócio-políticas do país e que deverá apoiar o Chefe de Estado e o Governo em matéria legislativa.

112. A 18 de Março, o General Bozizé recebeu os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Gabão e da República do Congo. No fim deste encontro, o Ministro Congolês dos Negócios Estrangeiros sublinhou que os Chefes de Estado da CEMAC tinham notado com interesse a vontade da abertura demonstrada pelo General Bozizé na sua alocução à Nação a 16 de Março. Durante uma reunião em Libreville, a 21 de Março, os Estados Membros da CEMAC decidiram aceder ao pedido do General Bozizé, que desejava a manutenção e o reforço das forças da CEMAC,

estacionadas no país, para, em conformidade com o comunicado de Libreville de 2 de Outubro de 2002, manter a segurança na fronteira Chade/Centro-africana, reestruturar as forças armadas Centro-africana e garantir a segurança do Presidente Patassé. No fim da reunião, a CEMAC definiu um novo mandato para as suas forças, que doravante é “contribuir para manter a segurança da República Centro-africana e a reestruturação das forças armadas Centro-africanas”.

113. No quadro da implementação do comunicado da 90^a Sessão do Órgão Central, enviei o meu Enviado Especial, Sr. Sadok Fayala à região, de 19 a 21 de Abril de 2003.

114. Em Libreville, o Sr. Fayala encontrou-se com o Presidente El Hadj Omar Bongo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Jean Ping. Em Bangui, ele teve reuniões com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Hervé Charles Wenezoui, o Primeiro Ministro Abel Goumba, o General François Bozizé, Chefe de Estado, os representantes da União Europeia, do BONUS, bem como da sociedade civil e das centrais sindicais. Em N'Djamena, foi recebido pelo Presidente Idriss Deby. Em Brazzaville, dificuldades de comunicação não lhe permitiram encontrar-se com as autoridades congoleesas.

115. Durante as reuniões que tiveram com o meu Enviado Especial, os Presidentes Bongo e Deby, reafirmaram a necessidade do respeito pelos princípios da UA sobre a rejeição das mudanças anti-constitucionais, sublinhando que a Organização Continental não pode fazer uma política de dois pesos e duas medidas, apesar da particularidade do problema Centro-africano. O Presidente Deby interessou-se particularmente pelas questões de segurança; neste sentido, ele indicou que estas devem ser analisadas numa perspectiva tanto Centro-africana como sub-regional.

116. Em Bangui, as autoridades Centro-africanas manifestaram a sua vontade de assumir as suas responsabilidades com toda a transparência, e apelaram à comunidade internacional para as ajudar em vez de as condenar. Elas solicitaram a compreensão da União Africana. O Sr. Goumba declarou ao meu Enviado Especial que a sua presença junto do General Bozizé, é uma garantia de que a democracia se vai consolidar na República Centro-Africana e que o seu governo é verdadeiramente de união

nacional, porque todas as partes das políticas estão aí representadas. Quanto ao General Bozizé, ele assegurou que a sua acção é um trabalho positivo. Ao agradecer a UA pelas suas iniciativas na crise Centro-africana, ele indicou que não era contra a abertura do Escritório de Ligação da UA em Bangui. Sublinhou que as suas prioridades dizem respeito aos problemas de segurança e à reestruturação do exército. Igualmente ele reafirmou a sua disposição de organizar o diálogo nacional.

117. A 23 de Abril de 2003, o General Bozizé promulgou uma Lei de amnistia a favor dos autores do golpe de Estado de 28 de Maio de 2001, o que permitiu a muitos Centro-africanos regressarem ao seu país. Mas o regresso do antigo Presidente André Kolingba parece causar algumas dificuldades em Bangui, onde se deseja combinar com o interessado as modalidades do seu regresso. O Sr. Kolingba iniciou uma visita à região que o levou a N'Djamena, Libreville e Brazzaville.

118. Por outro lado, o novo governo pagou, no prazo devido, os salários dos funcionários referentes aos meses de Abril e Maio, e criou um Comité Inter-Ministerial responsável pela preparação de um programa de emergência de recuperação económica e social.

119. As autoridades Centro-africanas iniciaram uma campanha de explicação no estrangeiro. Depois das visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Karim Meckassoua à região da África Central, o General Bozizé foi recebido pelo Presidente Bongo, a 25 de Abril. No fim desta visita, ele declarou que não se apresentaria às eleições presidenciais que serão organizadas no fim do período de transição. Depois de Libreville, a 5 de Maio, ele prosseguiu para N'Djamena onde se encontrou com o Presidente Idriss Déby. No mesmo dia, o Primeiro Ministro Abel Goumba foi recebido pelo Presidente Bongo. No dia seguinte. Ele seguiu para Paris onde foi recebido pelo Ministro Delegado da Cooperação e Francofonia, André Wiltzer.

120. A 23 de Maio, o General Bozizé efectuou uma nova visita a Brazzaville. No fim da sua visita, o Presidente Denis Sassou Nguesso, Presidente em exercício da CEMAC, anunciou uma Cimeira Extraordinária da CEMAC, a 2 e 3 de Junho em Libreville. A 30 de Maio por ocasião da cerimónia de instalação do Conselho Nacional de Transição, o General Bozizé anunciou, para Janeiro de 2005, o regresso à ordem constitucional, precisando assim, o final do período de transição.

121. Por outro lado, a União Europeia concedeu uma ajuda de 1,17 biliões de francos CFA à RCA, a primeira desde ao golpe de Estado de 13 de Março, destinada a relançar as actividades sanitárias. Está previsto um encontro entre as autoridades Centro-africanas e a EU, a 12 de Junho, em Bruxelas, a fim de discutirem o recomeço da cooperação.

122. Perante a situação que prevalece actualmente, é evidente que a nossa organização deve conformar-se à Declaração de Lomé sobre a rejeição das mudanças anti-constitucionais de governo e manter a suspensão da participação da RCA nas actividades da UA, até à restauração da ordem constitucional. Ao mesmo tempo, a UA deve iniciar um diálogo construtivo com as autoridades Centro-africanas – Diálogo já iniciado com a visita do meu Enviado Especial - a fim de acelerar a reposição da ordem constitucional e contribuir para o recomeço, pelos parceiros internacionais, da sua cooperação com a RCA, uma vez que as dificuldades económicas que atravessa a RCA, explicam sobejamente a instabilidade recorrente com que o país se confronta. Neste sentido, a Comissão propõe acelerar a abertura do Escritório de Ligação da UA em Bangui.

J. CÔTE D'IVOIRE

123. Durante a segunda Sessão do Conselho Executivo em N'Djamena, em Março de 2003, apresentei um relatório sobre a evolução da situação na Côte d'Ivoire desde a assinatura do Acordo de Linas Marcoussis. De uma forma particular, evoquei as dificuldades encontradas na aplicação deste acordo e o papel determinante do Comité de Acompanhamento no seio do qual o meu Representante Especial, o Professor André Salifou, tem apoiado a UA no processo de paz.

124. Depois de um período agitado marcado pelas resistências e violações do cessar-fogo, os progressos significativos foram registados, a convite do Presidente John Agyekum Kufuor, Presidente em exercício da CEDEAO, a Mesa Redonda de Acra sobre a Côte d'Ivoire, que se reuniu a 7 de Março de 2003, as forças políticas ivoirenses, permitiu encontrar uma plataforma comum sobre os pontos disputados do acordo de Linas Marcoussis. O compromisso pela qual as partes ivoirenses conseguiram chegar a um acordo, imprimiram um novo impulso à implementação do referido acordo, nomeadamente no que diz respeito às atribuições e a repartição dos postos ministeriais para a formação do governo de reconciliação nacional, a criação de um Conselho nacional de segurança e a nomeação, numa base consensual, de personalidades que devem dirigir os Ministérios da Defesa e do Interior. Por intermédio do meu Representante Especial que acompanhou estes trabalhos, congratulei-me por esta iniciativa que favoreceu o desbloqueio da situação.

125. Neste contexto, o Presidente Laurent Gbagbo assinou dois decretos. Um a 10 de Março, através da qual, delegou alguns dos seus poderes ao Primeiro Ministro Seydou Diarra, em dez domínios bem precisos e outro, a 13 de Março, sobre a nomeação de 39 membros do governo. Foi neste clima de calmo que foram levadas a cabo em Yamoussoukro, nos meados de Março de 2003, a sessão inaugural do Conselho nacional de segurança, e o primeiro Conselho de Ministros. Participei na reunião do Conselho de Ministros, ao lado dos Presidentes Olusegun Obasanjo e John A. Kufuor.

126. No final das cerimónias da outorga de poderes entre Ministros cessantes e novos Ministros que tiveram lugar aos 14 e 15 de Abril de 2003, uma etapa tanto decisiva como simbólica foi ultrapassada a 17 de Abril de 2003, com a realização em Abidjan, do primeiro Conselho de Ministros, incluindo os nove Ministros resultantes da rebelião. Em seguida, o Conselho de governo reuniu-se em Boauké, a 22 de Maio de 2003, sob a presidência do Primeiro Ministro Seydou Diarra.

127. Ao mesmo tempo, a recrudescência da violência caracterizada por um lado, pela utilização das forças armadas ivoirenses de helicópteros de combate e de outros pelos contra-ataques dos rebeldes, no momento em que se iniciava o processo da normalização não favorecia em nada a paz. Portanto, apoiei a chamada de ordem efectuada pelo Comité de acompanhamento e do Conselho de Segurança das Nações Unidas que solicitaram as partes a respeitarem os compromissos adoptados de cessar imediatamente todas as acções ofensivas na região, obrigam o governo ivoirenses a imobilizar os helicópteros de combate.

128. A deterioração da situação na fronteira de Côte d'Ivoire com a Libéria, observada em meados de Abril, também, desperta certa preocupação. As forças de reserva liberianas e sierralieonesas reactivaram as tensões numa região já bastante perturbada, aumentando a desconfiança entre a Côte d'Ivoire e a Libéria. Congratulo-me pelo encontro em Abidjan, a 30 de Abril de 2003, dos Chefes de Estado-Maior da Libéria e da Côte d'Ivoire, nas vésperas do encontro, em Kara, no Togo, a 26 de Abril entre os Presidentes Laurent Gbagbo e Charles Taylor, sob os auspícios do Presidente Gnassingbé Eyadéma. Portanto, espero que estas diferentes concertações irão permitir, encontrar soluções urgentes, susceptíveis de acabar com a existência desses grupos armados que ameaçam a segurança dos dois países, causando a deslocação de numerosos civis, pilhando e massacrando, cometendo toda a espécie de crimes, violando os direitos humanos e o direito internacional humanitário.

129. No plano interno, no momento em que a vida política retoma os seus direitos, tudo deve ser feito para ajudar o governo de reconciliação nacional a acabar com a proliferação das milícias no país, e mais particularmente em Abidjan. Seria importante que as forças vivas ivoirenses diligenciassem a criação e a promoção de medidas de confiança, a fim de favorecer uma coexistência harmoniosa das instituições, nomeadamente entre o Parlamento e o Governo de reconciliação nacional e uma normalização da vida política, económica e social.

130. Neste contexto, seria importante realçar a libertação, no passado mês de Abril, de mais da metade das pessoas encontrando-se em detenção preventiva, detidas por atentado à segurança de Estado, participação num bando armado e a detenção ilegal de armas de fogo. Este sinal de acalmia, parte da reconciliação nacional, deveria ser acompanhado de outros gestos, incluindo a amnistia de todas as pessoas civis e militares implicadas nos acontecimentos de 19 de Setembro de 2002, prometido pelo Presidente Gbagbo. O governo anunciou a preparação de um projecto de lei neste sentido.

131. Convém notar o progresso surgido entre a Côte d'Ivoire e os países vizinhos. A 23 de Abril, o Ministro Ivoirense do Comércio esteve em Ouagadougou, Burkina Faso, a frente de uma importante delegação composta de industriais, comerciantes e responsáveis da alfândega incluindo aqueles do porto autónomo de Abidjan. Esta viagem deverá contribuir para o restabelecimento da confiança, o reinício das relações comerciais e a retomada do tráfico ferroviário entre a Côte d'Ivoire e o Burkina Faso. Em seguida, o Ministro burquinabé dos Negócios Estrangeiros esteve em Abidjan, aos 8 e 9 de Maio de 2003. Finalmente, os Chefes de Estado-maior da Côte d'Ivoire e do Burkina Faso reuniram-se em Ouagadougou, a 28 de Maio de 2003, a fim de examinar as modalidades da segurança da fronteira comum entre os dois países.

132. No quadro da consolidação da paz, o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Ivoirenses e o Comandante das Operações Militares do MPCl, em nome das Forças novas, ou seja o Ministro de Desporto e Entretimento, assinaram a 3 de Maio de 2003, um acordo de cessar-fogo total e definitivo. Este acordo prevê entre outros, uma cessação completa e total das hostilidades no conjunto do território nacional, a renúncia da utilização de mercenários e o recrutamento de crianças como combatentes.

133. No dia seguinte, a 4 de Maio, os signatários dos acordos de total cessar-fogo, reuniram-se em Tiébissou, no Centro da Côte d'Ivoire, no quadro de uma reunião de aplicação no terreno, das modalidades práticas de um total cessar-fogo. As duas delegações rejeitaram a ideia da criação de uma "Zona Tampão", entre as duas posições, a fim de evitar a imagem da divisão do país. Em compensação aceitaram o princípio de uma "Zona de Confiança", onde as forças ivoirenses e as forças novas possam circular sem armas e onde as forças neutras da Ecoforce e da Operação Licorne devem ser posicionadas.

134. No momento da conclusão do presente relatório, o Conselho nacional de segurança ainda não tinha conseguido chegar a um consenso sobre a nomeação dos Ministros da Defesa e da Segurança. O que no contexto actual constitui um obstáculo na aplicação efectiva do Acordo de Linas-Marcoussis. Também, desejaria exortar os membros do Conselho Nacional de Segurança a demonstrarem retenção, a fim de que os postos ministeriais sejam rapidamente preenchidos.

135. Durante o período em análise, a comunidade internacional continuou a acompanhar os esforços de paz das partes ivoirenses. Foi assim que, a 13 de Maio de 2003, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, adoptou a Resolução 1479 (2003), na qual decidiu criar num período inicial de seis meses, uma Missão das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (MINUCI), com o mandato de

facilitar a implementação do Acordo de Linas-Marcoussis, incluindo uma componente militar, em complemento das operações efectuadas pelas forças francesas e as da CEDEAO. O Conselho de Segurança aprovou a criação de uma equipa restrita encarregue de apoiar o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas no que dizia respeito às questões políticas e jurídicas, as questões civis, a polícia civil, as eleições, os problemas humanitários, bem como a criação de um grupo de ligação militar.

136. Da sua parte, a Comissão dedicou-se em assegurar o funcionamento operacional do Escritório de Ligação da UA em Abidjan. Neste sentido, uma missão esteve na Côte d'Ivoire, de 29 de Março a 6 de Abril de 2003. o recrutamento do pessoal do Escritório encontra-se na fase final.

137. Desejo exortar as partes ivoirenses a continuarem a demonstrar a vontade política e o espírito de compromisso requerido, para concluir o processo de reconciliação. O Acordo de Linas-Marcoussis oferece uma oportunidade real para resolver a grave crise que o país atravessa e promover uma reconciliação duradoura entre os ivoirenses.

138. Desejo felicitar a CEDEAO e a comunidade internacional, em particular a França e o Conselho de Segurança, pela contribuição prestada. Exorto os mesmos a continuarem a implicar-se activamente na busca de uma solução duradoura com vista a conceder a CEDEAO e a sua força de manutenção de paz , todo o apoio necessário.

K. LIBÉRIA

139. A presente Sessão do Conselho Executivo decorre num momento crucial em que, por um lado, a situação na Libéria é preocupante, em especial nos aspectos humanitário, e de segurança, e, por outro, os resultados dos esforços desenvolvidos pela CEDEAO e a comunidade internacional parecem ter dado alguma esperança à eventual resolução do conflito na Libéria.

140. Com as partes envolvidas no conflito na Libéria, chegaram progressivamente a acordo no sentido de realizarem conversações conducentes a um cessar-fogo e a um acordo de paz global, a situação política, em certa medida, melhorou. Assim, parece haver maior consenso, numa série de questões, entre os 18 partidos políticos do país, incluindo o Partido Nacional Patriótico no poder. Numa declaração conjunta divulgada a 13 de Maio de 2003, os partidos políticos manifestaram o seu “total empenhamento” na realização da paz na Libéria, concordaram com a necessidade de enviar uma força internacional para desarmar todos os grupos beligerantes e alcançaram uma posição comum quanto à necessidade de se estabelecer um cessar-fogo. Também houve indicações de que os dois grupos rebeldes, Liberianos Unidos para a Reconciliação e Democracia (LURD) e o Movimento para a Democracia na Libéria (MODEL), um novo grupo que apareceu em Março de 2003, estavam preparados para participar nas conversações de paz, previstas em Acra, a partir de 4 de Junho de 2003, em busca de uma solução política e negociada.

141. Lamento ter de informar o Conselho Executivo que, desde a última Sessão Ordinária, a situação de segurança na Libéria, bem como a da sub-região em geral, piorou consideravelmente. Por um lado, tem havido combates nas partes norte, ocidental e central do país entre as forças do Governo da Libéria e as do LURD e, por outro, entre as forças governamentais e as do MODEL no Sudeste do país. Os dois grupos, LURD e MODEL, controlam cerca de 60% do território da Libéria.

142. A dimensão regional da guerra na Libéria deve ser igualmente sublinhada. De facto, o aparente envolvimento de nacionais liberianos no conflito na Côte d’Ivoire, bem como as incursões na Libéria dos rebeldes liberianos do MODEL, provocaram novas preocupações que, a menos que o próprio conflito liberiano se resolva definitivamente, a instabilidade crónica que atormentou a região do Rio Mano continuará a espalhar-se a outros países da sub-região. Além disso, o possível impacto da situação precária de segurança na Sierra Leone, tem sido motivo de preocupação.

143. A 6 de Maio de 2003, o Conselho de Segurança das NU adoptou a Resolução 1478 (2003) na qual, entre outros, manifestou a sua profunda preocupação face à “séria instabilidade” na Libéria e países vizinhos. O Conselho de Segurança da ONU reiterou o seu apelo no sentido de todos os Estados da região deixarem de apoiar militarmente os grupos armados nos países vizinhos, e tomarem medidas para evitar que indivíduos ou grupos armados utilizem o seu território para preparar e cometer ataques aos países vizinhos.

144. Em meados de Maio de 2003, as organizações humanitárias continuaram a caracterizar a situação humanitária na Libéria, como “extremamente grave” e “desesperada”. As Nações Unidas dizem que, actualmente, só têm 11% dos fundos solicitados para resolver a situação, que piora de dia para dia nesse país. Como acontece com a situação de segurança interna na Libéria, a situação humanitária também tem uma dimensão regional. Além disso, a actividade económica do país foi severamente afectada devido à guerra.

145. Uma missão de mediação e de verificação de segurança da CEDEAO composta por representantes da Côte d’Ivoire, Gana, Mali, Nigéria, Togo e Secretariado da CEDEAO, visitou a Libéria de 7 a 11 de Abril de 2003, com o mandato de verificar se o país estava a respeitar as disposições das pertinentes resoluções das Nações Unidas. O representante da Guiné não pôde participar na missão por causa das objecções do Governo da Libéria.

146. No final da sua visita, a missão da CEDEAO, entre outras questões, recomendou o seguinte: concluir um cessar-fogo, entre o Governo e os grupos rebeldes; estabelecer um diálogo formal e um processo de negociações, o mais depressa possível, entre as facções beligerantes; solicitar o envio de uma força internacional para manter a paz e a segurança, particularmente tendo em conta as próximas eleições presidenciais e legislativas; prever a criação de corredores humanitários seguros para facilitar o acesso aos deslocados e refugiados; e encorajar os líderes da Libéria, Guiné e Sierra Leone a prosseguirem o processo de paz iniciado em Rabat, em Fevereiro de 2003.

147. A 7 de Maio de 2003, um dia após ter sido designado oficialmente como Mediador da CEDEAO para as Conversações de Paz da Libéria, o General Abdulsalami Abubakar encontrou-se com o Presidente Taylor e representantes dos 19 partidos políticos e organizações da sociedade civil. Além disso, a 26 de Maio de 2003, precisamente uma semana antes das conversações de paz previstas em Acra, os membros do LURD tiveram conversações preliminares com o General Abubakar em Freetown, Sierra Leone.

148. A 6 de Maio, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a Resolução 1478 (2003) prorrogando as sanções em vigor contra a Libéria. De recordar que essas sanções dizem respeito ao embargo de armas, às medidas contra a exportação de diamantes brutos da Libéria e de interdição de viajar impostas aos altos funcionários do Governo Liberiano.

149. O Conselho de Segurança decidiu também que o embargo de armas seja aplicado a todas as vendas ou fornecimento de armas e material a fim a qualquer pessoa na Libéria, incluindo todos os intervenientes não-estatais como o o LURD, e acrescentou uma proibição de 10 meses para importação de madeira liberiana.

150. O Conselho de Segurança das NU decidiu analisar, antes de 7 de Setembro de 2003, a melhor forma de minimizar qualquer impacto humanitário ou sócio-económico das medidas impostas à madeira liberiana, incluindo a possibilidade de permitir o recomeço das exportações para financiar programas humanitários. Solicitar ainda ao Secretário Geral que submeta um relatório ao Conselho até 7 de Agosto de 2003, sobre o eventual impacto humanitário ou sócio-económico das medidas em questão.

151. A 28 de Fevereiro de 2003, o Grupo Internacional de Contacto sobre a Libéria realizou a sua Segunda Sessão de Trabalho em Nova Iorque. Na declaração divulgada no fim da reunião, o Grupo de Contacto manifestou-se profundamente preocupado com o conflito na Libéria e reafirmou a necessidade de haver uma abordagem global para a solução da crise liberiana. Exortou igualmente o Presidente da Libéria e o LURD a entrarem, imediatamente e sem condições pré-estabelecidas, em negociações com vista a um cessar-fogo, tal como tinham prometido. Ao

sublinhar a importância de eleições livres e transparentes na Libéria, o Grupo de Contactos concluiu que as condições para a realização de eleições livres e transparentes não existiam e exortou o Governo da Libéria a agir rapidamente a fim de criar essas condições, antes da realização das eleições. A esse respeito, o Grupo de Contacto aceitou pedir ao Secretário Geral das NU para considerar a hipótese de enviar uma Equipa de Avaliação de Necessidades à Libéria.

152. De acordo com as conclusões alcançadas nessa reunião do Grupo de Contacto Internacional sobre a Libéria, os seus co-presidentes, S. Exc^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gana (em representação do Presidente da CEDEAO) e o Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros da Suécia (e Representante Especial da Presidência da UE junto dos países da União do Rio Mano) visitou o Gana, a Sierra Leone e a Libéria, de 14 a 15 de Abril de 2003. Participaram na missão, representantes da Comissão da União Africana, bem como do Secretariado da CEDEAO.

153. Os co-presidentes efectuaram reuniões com o Presidente Tejan Kabbah da Sierra Leone, Charles Taylor da Libéria e o Primeiro Ministro Lamine Sidime da Guiné, durante as quais transmitiram as decisões que o Grupo de Contacto tinha tomado durante a sua Segunda Sessão de Trabalho, especialmente as relativas às questões do cessar-fogo e das eleições. Os co-presidentes também se reuniram com representantes do LURD, dos partidos políticos reconhecidos na Libéria, representantes da sociedade civil, organismos religiosos, bem como com os membros do Grupo de Contacto representados em Monróvia.

154. Os co-presidentes obtiveram um compromisso tanto do Governo da Libéria como do LURD no sentido de iniciarem negociações para um cessar-fogo bilateral sob os auspícios da CEDEAO e tendo como mediador o antigo Presidente da Nigéria, General Abdulsalami Abubakar. Ficou acordado que estas negociações para um cessar-fogo bilateral, sob a forma de reunião informal, iniciaram-se simultaneamente e no mesmo local como conversações globais da mesa redonda, com a participação dos partidos políticos e da sociedade civil Liberiana.

155. De notar que todos os interlocutores dos co-presidentes sublinharam a necessidade de uma presença militar internacional

na Libéria, para monitorizar um cessar-fogo e garantir a segurança através da facilitação dos processos de desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como a realização de reformas no sector da segurança que proporcionem uma paz sustentável na Libéria.

156. A 10 de Abril, o Presidente Charles Taylor escreveu-me como Presidente Interino da União Africana. Na sua carta, reiterou o interesse do Governo da Libéria em procurar o apoio da União Africana para a criação de um ambiente estável e pacífico na Libéria. A este respeito, o Presidente anotou as recomendações feitas pelo Grupo Internacional de Contacto no sentido de se realizar uma Missão de avaliação de Necessidades à Libéria, e de acordo com o entendimento entre o Governo da Libéria e o Grupo de Contacto, e solicitou formalmente à União Africana, em colaboração com as Nações Unidas e a CEDEAO, para efectuar uma Missão global de avaliação de Necessidades à Libéria.

157. Igualmente, em princípios de Maio, a referida missão tripartida de avaliação, conduzida pelo Secretário Geral Adjunto das NU para os Assuntos Políticos, visitou a Libéria, tendo-se encontrado com o Presidente Taylor e altos funcionários do Governo, representantes de organizações internacionais, ONGs, todos os partidos políticos reconhecidos e organizações da sociedade civil, incluindo o Conselho Inter-religioso e a Rede de Mulheres para a Paz no Rio Mano.

158. A missão constatou, entre outros aspectos, a grande expectativa dos liberianos, de todas as condições sociais, em que o processo de paz inicie dentro de pouco tempo, bem como pedido de todos os partidos para a cessação incondicional das hostilidades. Fez referência ao pedido do Presidente Taylor para que uma força internacional de monitorização, conduzida pela CEDEAO e pela UA, fiscalize o cessar-fogo. Igualmente, as organizações da sociedade civil e os partidos políticos chegaram a acordo quanto à força, embora com um nome diferente. A missão também informou que houve consenso por parte de todos os intervenientes, excepto a Comissão Eleitoral, de que actualmente não existem condições para a realização de eleições livres e transparentes. A missão informou ainda que todas as partes, excepto o Governo exigem que a Comissão Eleitoral seja reconstituída.

159. Relativamente ao possível adiamento das próximas eleições, previstas para Outubro de 2003, a missão informou que o Presidente Taylor tinha garantido que não impedia uma acção do Supremo Tribunal para tentar dar resposta à questão. A Missão também fez referência à falta de consenso quanto à natureza e duração de um possível governo de transição, bem como ao apelo lançado à comunidade internacional para persuadir os países vizinhos a retirarem a sua assistência aos rebeldes. Recordou que os partidos políticos e as organizações da sociedade civil tinham realçado a necessidade de desarmar todos os grupos armados, incluindo as Forças Armadas da Libéria que eles consideravam representar os interesses de um grupo. Todavia, o Governo tinha insistido que o exército tinha sido constitucionalmente constituído e que tinha havido unanimidade quanto à necessidade de reestruturar todas as instituições de segurança, de modo a reflectirem um equilíbrio regional e étnico.

160. Um sub-grupo técnico composto por peritos em eleições da Equipa da ONU/UA/CEDEAO de avaliação de Necessidades, permaneceu na Libéria, após a partida da equipa principal. Reuniu-se com a Comissão Eleitoral e os partidos políticos e fez as seguintes observações e recomendações: é opinião praticamente unânime que a actual situação não permite a realização de eleições na data prevista; há muita suspeita entre os partidos políticos à volta da actual constituição da Comissão Eleitoral; a Comissão Eleitoral não dispõe de recursos e logística necessários à realização das eleições; é necessário reforçar a capacidade técnica da Comissão Eleitoral; e há importantes questões constitucionais e jurídicas que devem ser tratadas para que o processo de paz decorra de forma transparente e aceitável.

161. A 3ª Sessão de Trabalho do Grupo Internacional de Contacto sobre a Libéria realizou-se em Bruxelas, a 12 de Maio de 2003, e nela participaram representantes da UA e outros membros do Grupo de Contacto, bem como o mediador das previstas Conversações de Paz Liberianas, General Abdulsalami Abubakar.

162. Na sua reunião, o Grupo de Contacto manifestou a sua “profunda preocupação” com a actual conflito na Libéria e reiterou o seu apelo à realização imediata e incondicional de negociações entre o Governo da Libéria e o LURD/MODEL, no quadro de um processo de mediação conduzido pela CEDEAO. Manifestou o seu total apoio aos esforços desenvolvidos pela CEDEAO nesse sentido, saudou a designação do General Abdulsalami como mediador e pediu ainda às partes em conflito para colaborarem com ele.

163. O Grupo de Contacto sublinhou que um processo de paz global e credível, é condição indispensável para a continuação do empenhamento e apoio da comunidade internacional. Afirmou que estava disposto a considerar o envio de uma equipa de monitorização quando fossem registados progressos significativos. Com base em informações prestadas pela Missão da ONU/UA/CEDEAO para Avaliação de Necessidades, que esteve na Libéria, o Grupo de Contacto concluiu que todos os liberianos, incluindo o Presidente Taylor, partilhavam da sua constatação de que não existiam condições para a realização de eleições livres e transparentes, e que as conversações de paz iriam analisar as implicações dessa constatação. O Grupo de Contacto apelou a todas as partes envolvidas no conflito para cessarem as hostilidades sem condições pré-estabelecidas. Exortou igualmente os países vizinhos a não permitirem que os seus respectivos territórios nacionais sejam utilizados para minar o processo de paz, e exortou a Libéria a respeitar escrupulosamente as exigências do Conselho de Segurança da ONU para que o regime de sanções impostos pelas Nações Unidas, possa ser levantado o mais depressa possível.

164. A 22 de Maio de 2003, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEDEAO reuniram-se à margem da 3ª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo da UA, realizado em Sun City, África do Sul. Um representante da Comissão da UA participou igualmente na reunião, durante a qual o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gana anunciou os esforços que estão sendo desenvolvidos com vista à realização de conversações de paz entre as partes liberianas, dentro de pouco tempo, em Acra. Considerou a necessidade de mobilizar recursos da sub-região e da comunidade internacional para facilitar o envio da força de monitorização e tomou conhecimento, através das informações

prestadas pelo Secretário Executivo da CEDEAO do apoio financeiro recolhido até então e destinado aos esforços de mediação da CEDEAO: a Nigéria financiará as actividades do General Abubakar no montante de 1.5 milhão \$EU; a Comissão da UE tinha prometido prestar alguma assistência enquanto que as Nações Unidas tinham decidido conceder uma ajuda inicial no valor de 150.000,00 \$EU.

165. Por seu lado, a 3ª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo adoptou uma Decisão sobre a Libéria na qual saudou os recentes “acontecimentos positivos relativos às perspectivas de paz na Libéria”. O Conselho Executivo lançou um apelo a todas as partes no sentido de cessarem, incondicionalmente, todas as acções militares e exortou todos os partidos convidados a participarem nas conversações de paz, propostas a fim de alcançarem uma paz durável no país e na sub-região. O Conselho Executivo lançou igualmente um apelo aos países vizinhos no sentido de cooperarem com os esforços em curso com vista a alcançar a paz na Libéria.

166. É preciso agir imediata e decididamente para pôr termo a um conflito de dilacerou a Libéria e causou muito sofrimento nos países vizinhos. O que se está a observar, é uma situação em que os refugiados e os combatentes armados provenientes dos combates na Libéria se espalhem pelos países vizinhos.

167. É por isso que louvo a CEDEAO e os membros do Grupo Internacional de Contacto, bem como a comunidade internacional em geral, pelos esforços concertados e orientados desenvolvidos recentemente para levar as partes em conflito na Libéria à mesa de negociações. Não obstante as questões delicadas em jogo durante as conversações de paz no Gana, em princípios de Junho, estou convencido que se as partes liberianas negociarem com seriedade e sinceridade, a paz pode ser alcançadas depressa e de forma concreta. Assim, gostaria de lançar um apelo a todos os Estados Membros da União Africana e à Comunidade Internacional em geral, no sentido de serem generosos na concessão de recursos, concretamente para apoiar as negociações. Igualmente, na devida altura, quando a força internacional necessária for enviada para apoiar o previsto cessar-fogo, e estabilizar a situação, serão necessários apoios da UA e da comunidade internacional em meios logísticos, humanos e financeiros para permitir que essa força opere no terreno.

168. As partes beligerantes devem igualmente ser encorajadas a permitir a abertura de corredores humanitários para facilitar a distribuição dessa assistência e proteger os agentes humanitários que enfrentam tão elevados riscos.

169. Também é preciso encorajar o Processo de Rabat, para permitir que os países da Região do Rio Mano normalizem as difíceis relações causadas por anos de guerra e instabilidade.

170. A médio e longo prazos, tendo em conta a natureza regional da persistente insegurança, a UA, juntamente com a CEDEAO e a Comunidade Internacional, deve começar a considerar a possibilidade de criar e financiar um programa regional global que garanta, de forma eficiente e completa, o desarmamento, a desmobilização e a reintegração dos combatentes de todos os países afectados.